



**Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica**

**ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO**

Local: Ministério Público - Av. Marechal Câmara nº 350 – Ed. Canavarro – 6º andar – sala 7

**Data: 14/07/2016**

**Horário: 11:00h**

Compareceram nesta reunião: Uiara da Silva (CRESS 7ª); Lívia Marinho Lessa (TJ-CGJ-DESOP-SEPEC), Dra. Fátima Saraiva (DPGERJ), Carolina Rione Nepomuceno (Receita Federal), Micheline Lima (DETRAN/RJ) Tâmara Martins Vaz (DETRAN/RJ); Luiza Hood Wanderley (DPGE/RJ); Flora Beatriz Costa Neves (DETRAN/RJ); Priscilla M. S. Milhomem (ARPEN-RJ); Tula Brasileiro (COESUB/MPRJ); Lívia Pereira Paschoal (COESUB/MPRJ); Fernanda Telles (COESUB/MPRJ); Luana Bezerra Evaristo (COESUB/MPRJ); Dr. Marcos Fagundes (MPRJ); Luiza Buzgaib Martins (COESUB/MPRJ); Dra. Raquel S. Pereira Chrispino (TJR).

- 1) Primeira discussão: Ordem de apresentação do Pacto: leitura dos “*Considerandos*” e dos artigos para o posterior chamamento das Instituições Participantes. Há nesse momento certa discordância, pois, avaliou-se que a leitura de todos os “*Considerandos*” seria enfadonho para a plateia. Entretanto, parte dos participantes asseveraram que os “*Considerandos*” enunciam a causa de o GT-DOC existir e as razões pelas quais se editou o Pacto pela Documentação. A sugestão foi a de que cada um dos participantes lessem um dos “*Considerandos*”, de maneira mais dramatizada, ou fazendo uma leitura menos formalista, a fim de trazer certa “leveza” ao evento.
- 2) Tula retoma a fala sobre a programação que seria, inicialmente, a seguinte: cerimonialista abre a programação, coral ou outro evento artístico faz um número, após o cerimonialista chama os representantes de cada instituição para comporem a “Mesa do Evento” e, logo após, seriam chamados os representantes que fariam por sua instituição, pela participação de sua instituição ou obra na história da erradicação do sub-registro:
  - ✓ A primeira sugestão seria a de que a convidada, Sra. Leilah Leonardos, seria a primeira a falar por causa da importância da elaboração do Decreto Nacional pela erradicação do Sub-registro.

- ✓ Inicialmente, a primeira pessoa a falar seria a Leilah e a ordem seria essa: 1ª pessoa a falar: Leilah, por causa do âmbito Nacional do Comitê Gestor; 2ª pessoa a falar: alguém do comitê gestor estadual. Logo após, a senhora Priscilla sugeriu que a Sra. Leilah, já que é a convidada de Brasília fosse a última a falar, justamente, pelo grau e peso da importância das ações por ela implementadas.
  - ✓ Ficou estabelecida então a seguinte ordem de funcionamento dos trabalhos: **Abertura, coral, Mesa, Fala do Rio de Janeiro e depois a fala da Leilah e, por último, a assinatura do Pacto.**
  - ✓ Questionou-se se todos que estivessem na mesa teriam uma fala e de quanto tempo seria essa intervenção. Quesitou-se também se haveria apresentação com Power Point, o que, ao final, ficou estabelecido que haveria a apresentação feita pelo Rio de Janeiro.
- 3) Todos os participantes salientaram a importância da divulgação em sua própria instituição. Dra. Raquel informou que vai divulgar entre os Magistrados, Dr. Marcus, para os Promotores e Procuradores e a Dra. Fátima Saraiva informou que já está no informativo da Defensoria Pública e que ela vai encaminhar convite para os Defensores também por e-mail. Informaram a necessidade de se acionar a rede de proteção da pessoa não documentada.
- 4) Dra. Fátima havia sugerido a utilização de um vídeo, que seria realizado pela Defensoria Pública, e explicasse o percurso da documentação básica no Rio de Janeiro, até chegar-se à assinatura do Pacto. Contudo, os participantes acharam que não dará tempo para realização em uma semana. Voltou-se então para a proposta da apresentação em slides, a fim de que se contextualizasse a plateia.
- 5) Dra. Raquel informou que faria uma adaptação à apresentação que fora ministrada em Brasília, na qual foi apresentada a lógica da construção do movimento para a documentação básica. Foi fomentada que se iria falar a respeito dos **“Caminhos para o Pacto”**. Os participantes falaram que o ideal era se falar sobre as percepções que se construíram ao longo do trabalho pela erradicação do sub-registro. A principal informação que se quer transmitir é a de que era necessária a integração dos diversos órgãos que compõem a cadeia documental para que se perceba a importância do acordo pela documentação. Era necessário o Pacto Estadual porque faz parte de uma política estruturante no Rio de Janeiro que subsidie a criação de mecanismos de acesso à documentação básica. Essa foi a lógica da construção, a percepção inicial e que deveria ser levada para a apresentação, segundo Dra. Raquel.
- 6) Dra. Raquel salienta ainda que o evento tem importância que lhes são subjacentes à assinatura do próprio Pacto, já que permite que as pessoas tomem conhecimento dos

trabalhos que estão sendo realizados, conjugando diversos atores de áreas diferentes em um mesmo evento, transversalizando os tópicos do projeto entre aqueles que estão na cadeia de comando. Dra. Raquel finalizou sua fala afirmando que em um evento desse porte, não há como saber quais serão os participantes do “primeiro escalão” que estarão presentes, logo, contar a trajetória da realização e da consolidação do movimento, indicar as responsabilidades de cada instituição presente, a partir da história da atuação institucional em prol da documentação básica, será um passo importante para compungir os presentes, trazendo-os para as atividades futuras das quais deles se possam precisar.

- 7) Finalizou-se a reunião, solicitando que todos estivessem presentes ao local do evento com 30 minutos de antecedência, a fim de se verificar se haveria algo a ser resolvido na última hora.